



Oliveira do Bairro câmara municipal

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Procedimento por **Concurso Público**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2008 de 31 de agosto, para:

“Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro”

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

PROGRAMA DE CONCURSO

Cláusula 1.ª - Objeto do concurso

1. O presente concurso público tem por objeto principal a celebração de um contrato para **“Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro”**, a efetuar em conformidade e de acordo com as condições definidas no Caderno de Encargos e nos **Anexos E, F, G, H e I** ao Programa de Concurso, nos termos dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (doravante apenas identificado pela sigla **CCP**).
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para Contratos Públicos), adotado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objetivo do presente procedimento tem a seguinte classificação: 55524000-9.

Cláusula 2.ª - Entidade adjudicante

A entidade pública contratante é o Município de Oliveira do Bairro, a quem os interessados no âmbito do presente procedimento devem dirigir as suas comunicações e cujos contactos são os seguintes: Praça do Município, 3770-851 Oliveira do Bairro, NIPC 501 128 840, com o número de telefone 234 732 100 e de telefax 234 732 112 e com o endereço eletrónico cmolb@cm-olb.pt, sítio: www.cm-olb.pt, plataforma eletrónica utilizada: <http://www.acingov.pt>.

Cláusula 3.ª - Órgão competente para a decisão de contratar

A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura de Procedimento por Concurso Público, previstos nos normativos supra referidos, foi determinada por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de **20 de Junho de 2022**, tomada no âmbito de competência própria para autorização de despesas, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, artigo repristinado pela Resolução n.º 86/2011 de 11 de abril da Assembleia da República e do artigo 36.º do CCP e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do CCP.

Cláusula 4.ª - Preço base

- 4.1 O preço base do presente procedimento fixado no **CE-Caderno de Encargos** é de **1.165.282,33 €** (um milhão cento e sessenta e cinco mil e duzentos e oitenta e dois euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, num valor máximo por refeição de:

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

- Refeições do Pré-escolar com confeção local: 2,28 €
- Refeições do Pré-escolar transportada a quente: 2,45 €
- Lanches do Pré-escolar: 1,08 €
- Refeições do 1.º Ciclo com confeção local: 2,61 €
- Refeições do 1.º Ciclo transporte a quente: 2,73 €
- Lanches do 1.º Ciclo: 1,08 €
- Refeições do 1.º Ciclo com confeção local e com acompanhamento de duas pessoas durante o período de refeição (12h00 às 13.30h): 2,75 €.
- Refeições do 2º e 3º Ciclo com confeção local: 2,74 €
- Refeições do 2º e 3º Ciclo transporte a quente - EB Dr. Acácio de Azevedo para a Extensão Frei Gil: 2,84 €
- Refeições do Secundário com confeção: 3,39 €
- Refeições para adultos: 3,39 €
- Refeição tipo Piquenique: Valor igual ao da respetiva refeição

sendo o referido montante o **valor máximo**, distribuído **por lotes** da seguinte forma:

Lote 1

Escola Básica de Bustos – Confeção local

1ºCEB: 22 486 Almoços; 2 245 Lanches

Pré-escolar: 9 729 Refeições; 6 269 Lanches

Preço Base: **90 065,70 €** (noventa mil e sessenta e cinco euros e setenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 2

Escola Básica da Mamarrosa – Confeção local e com acompanhamento

1ºCEB: 6 747 Refeições

Pré-escolar: 3 226 Refeições; 1 842 Lanches

Preço Base: **27.898,89 €** (vinte e sete mil e oitocentos e noventa e oito euros e oitenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 3

Escola Básica de Oiã Nascente – Confeção local

1ºCEB: 15 224 Refeições

Pré-escolar: 11 048 Refeições; 8 626 Lanches

Preço Base: **74.240,16 €** (setenta e quatro mil duzentos e quarenta euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 4

Escola Básica de Oiã Poente - Transporte a quente

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

1ºCEB: 16 236 Refeições; 9 316 Lanches

Pré-escolar: 5 756 Refeições; 3 853 Lanches

Preço Base: **72.649,00 €** (setenta e dois mil seiscentos e quarenta e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 5

Escola Básica de Oliveira do Bairro – Confeção local e com acompanhamento

1ºCEB: 32 870 Refeições

Pré-escolar: 13 578 Refeições; 11 502 Lanches

Preço Base: **133.772,50 €** (cento e trinta e três mil setecentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Lote 6

Escola Básica da Palhaça – Confeção local e com acompanhamento

1ºCEB: 22 836 Refeições

Pré-escolar: 8 919 Refeições; 6 670 Lanches

Preço Base: **90 337,92 €** (noventa mil trezentos e trinta e sete euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Lote 7

Escola Básica do Troviscal – Confeção local

1ºCEB: 15 397 Refeições

Pré-escolar: 4 720 Refeições; 3 336 Lanches

Preço Base: **54 550,65 €** (cinquenta e quatro mil quinhentos e cinquenta euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 8

Escola Básica de Vila Verde - Transporte a quente

1ºCEB: 18 251 Refeições; 10 639 Lanches

Pré-escolar: 9 784 Refeições; 7 016 Lanches

Preço Base: **92 863,43 €** (noventa e dois mil oitocentos e sessenta e três euros e quarenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 9

Escola Básica Integrada Dr. Fernando Peixinho - Confeção local

2º e 3º CEB: 30 240 Refeições;

1ºCEB: 18 165 Refeições;

Pré-escolar: 10 191 Refeições; 6 558 Lanches

Adultos: 336 Refeições

Preço Base: **161 725,41€** (cento e sessenta e um mil setecentos e vinte e cinco euros e quarenta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lote 10

Escola Básica de Dr. Acácio de Azevedo - Confeção local e Transporte a quente para a Extensão Frei Gil

2º e 3º CEB: 106 512 Refeições

Adultos: 336 Refeições

Preço Base: **303 633,12 €** (trezentos e três mil seiscentos e trinta e três euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 11

Escola Secundária de Oliveira do Bairro - Confeção local

Secundária: 18 419 Refeições

Adultos: 326 Refeições

Preço Base: **63 545,55 €** (sessenta e três mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

valor este que é o **preço máximo** que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação dos serviços que constituem o objeto do contrato, de acordo com as condições previstas no **CE - Cláusulas Jurídicas e Técnicas**, sendo excluída a proposta com preço superior ao referido.

4.2 O preço base referido no número anterior, ao abrigo do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, teve por base os custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.

Cláusula 5.ª – Preço anormalmente baixo

O preço total de uma proposta é considerado anormalmente baixo se for inferior a 50% da média dos preços das propostas a admitir a concurso, nos termos do artigo 71.º CCP.

Cláusula 6.ª - Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O processo do concurso para o procedimento para **“Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”**, encontra-se patente, para simples consulta, na Divisão Financeira, de Gestão e Património do Município de Oliveira do Bairro, sito na Praça do Município, 3770-851 Oliveira do Bairro, onde pode ser examinado, das 9:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 16:30 horas, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O Anúncio, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica www.acingov.pt, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Para mais informações detalhadas contate o call center da acinGov, através do número 707 451 451.

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 7.^a – Plataforma eletrónica, erros e omissões, esclarecimentos e retificações

1. As peças do concurso estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa acinGov, desde o dia da colocação do respetivo procedimento na plataforma eletrónica.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e *download* das peças de procedimento. Para efeitos de apresentação de proposta ou envio de notificações/comunicações à entidade adjudicante, deverá ser possuidor de um pacote de selos temporais. Para ter acesso à plataforma da acinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, selecionar "Adira aqui" (no topo da página).
3. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a acinGov. Para mais informações detalhadas contate o call center da acinGov, através do número 707 451 451.
4. Nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 50.º do CCP, os interessados podem **até ao termo do primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação da proposta, solicitar por escrito, na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, na funcionalidade de "Pedidos" e clicar na opção "Pedidos de Esclarecimentos/Retificação", esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento e apresentar a lista de erros e omissões, na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
5. A resposta aos esclarecimentos solicitados e aos erros e omissões assinalados a que se refere o número anterior, serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, nos termos estipulados no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, **até ao termo do segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações são publicitados na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, na funcionalidade de "Pedidos">"Pedidos de Esclarecimento/Retificação", fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. A entidade competente para a decisão de contratar deve proceder à retificação das peças do procedimento, até ao termo do prazo, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites e deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
8. Os esclarecimentos e as retificações, bem como as listas de erros e omissões referidas nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 8.^a - Concorrentes

CONCURSO PÚBLICO para "Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde"



Oliveira do Bairro câmara municipal

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.
3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do artigo 53.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, sob a forma jurídica de consórcio.
7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14, n.º 1, alíneas a), b), c) e d) do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

Cláusula 9.ª - Prazo de Vigência

O presente contrato, na modalidade de fornecimento contínuo mantêm-se em vigor durante o ano letivo de 2022/2023 (setembro de 2022 a julho de 2023), período esse em que será necessário o fornecimento de refeições aos alunos inscritos nas refeições escolares e durante as interrupções letivas, nomeadamente aos alunos inscritos em prolongamento de horário e ATL (Escolas Básicas de Oíã Poente e Vila Verde), mantendo as mesmas condições estabelecidas.

Cláusula 10.ª - Documentos da proposta

1. A proposta será instruída obrigatoriamente com os seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** previsto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 111-B/2017 de 31 agosto), **documento (DEUCP)** este que **deve ser obtido e preenchido** na área específica do **Portal da Comissão Europeia**, através do seguinte endereço eletrónico <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/Iter?lang=pt>
 - b) **Proposta de Preço**, a ser **elaborada de acordo com o ANEXO B** ao presente **Programa de Concurso**, devendo indicar o **preço global** sem incluir o IVA, devendo o preço ser indicado em algarismos e por extenso, **até ao máximo de três (3) casas decimais**, prevalecendo este em caso de divergência e ser expressamente mencionado que ao preço unitário indicado acresce, se for o caso, o IVA respetivo, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oíã Nascente, Oíã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

- c) **Lista de preços unitários, por refeição e por lanche, por lote**, detalhada por preço global e por preços totais e unitários, **por lote**;
- d) **Declaração de Mandato**: em caso de **representação**, deverá ser apresentada esta declaração emitida para o efeito, sob pena de exclusão.
- e) **Certidão do registo permanente, código do acesso à mesma, ou documento equivalente**, que permita conferir o poder de representação e assinatura do assinante.

2. A proposta poderá ainda ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) **Declaração com referência a aspetos que, do ponto de vista dos concorrentes**, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços/fornecimento proposto.

3. O proponente **deverá assinar eletronicamente os documentos acima referidos nas alíneas a) e b)** e também, se for o caso, os documentos indicados nas **alíneas c) e d)** e todos os demais documentos que associar à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º e 69.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, devendo para o efeito utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.
4. Para efeitos de autenticidade da assinatura eletrónica de todos os documentos, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial, nomeadamente, certidão de registo permanente, ou código de acesso ou documento equivalente, indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.

Cláusula 11ª - Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, de acordo com o n.º 1 do artigo 58.º do CCP, ou, no caso de não o serem, deverão ser acompanhados da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. Os documentos que o proponente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, podem ser redigidos em língua estrangeira.

Cláusula 12ª – Tradução de documentos não apresentados em língua portuguesa

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Os documentos referidos no ponto 10.2 anterior, no caso de não serem apresentados em língua portuguesa, deverão ser acompanhados da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o proponente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 13ª - Prazo e entrega da proposta eletrónica

1. A data limite de entrega das propostas é **até às 17h00m00s do 30.º dia contado da data do envio desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia**.
2. Sempre que a data limite para entrega das propostas ocorra aos sábados, domingos e feriados, a entrega das mesmas realizar-se-á no dia útil imediatamente a seguir e à hora definida no número anterior.
3. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma acinGov, no separador “Propostas”>“Consultar/Editar Propostas”.
4. Todos os documentos carregados na plataforma têm de ser assinados eletronicamente, sob pena de exclusão da proposta, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º e 69.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 14ª - Retirada da Proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP.

Cláusula 15ª - Propostas variantes

Não são admitidas propostas que sejam variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP, nem são admitidas propostas parciais.

Cláusula 16ª – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 17ª - Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos na cláusula 6.ª sejam comunicadas, pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
2. As retificações ou a aceitação de erros e omissões das peças do procedimento, referidas na cláusula 6.ª, independentemente do momento da sua comunicação implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

prazo decorrido desde o início daquele prazo, até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

Cláusula 18ª – Júri do Procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados pela entidade competente para decisão de contratar.

2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a condução da abertura do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

4. O funcionamento e as competências do júri são as previstas nos artigos 68.º e 69.º do CCP, podendo ser dispensado nos procedimentos em que seja apresentada apenas uma proposta nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do mesmo código.

Cláusula 19ª - Abertura das propostas, publicação da lista de concorrentes e consulta das propostas

1. A abertura das propostas será efetuada eletronicamente, pelo júri do procedimento, **no 1.º dia útil seguinte à data limite de entrega das propostas.**

2. O júri do concurso disponibilizará no dia da abertura do concurso na plataforma a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

Cláusula 20ª - Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 21ª - Critério de adjudicação

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério de proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade da avaliação monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua atual redação.
2. Em caso de igualdade de preço das propostas de valor mais baixo, o critério de desempate é o segundo critério previsto no n.º 6 do artigo 74.º do CCP, no sentido de sair vencedora a proposta que tiver sido apresentada por empresas sociais ou por pequenas e médias empresas, por ordem crescente da categoria das empresas.
3. A adjudicação sob a forma de lotes tem em vista incentivar a participação de pequenas e médias empresas.
4. Nos termos e ao abrigo do nº 4 do artigo 46º-A do CCP na sua atual redação, apenas **pode ser adjudicado um lote por cada concorrente**, exceto se existir uma única proposta ou se o nº de lotes a adjudicar for superior ao número de concorrentes admitidos, situação em que poderá ser adjudicado um segundo Lote ao concorrente que para ele apresentar melhor proposta, sendo que, só poderá ser adjudicado um terceiro Lote ao concorrente que para ele apresentar melhor proposta quando a todos os concorrentes já tenha sido adjudicado um segundo Lote.
5. No caso de um concorrente apresentar simultaneamente a vários lotes uma proposta de valor mais baixo, e atendendo à limitação da adjudicação a apenas um lote, atribui-se a esse concorrente o lote de maior valor.

Cláusula 22ª - Análise das propostas

1. Na fase de apreciação das propostas e sempre que se considere necessário, para efeitos de análise e da avaliação das mesmas, poderá solicitar-se aos concorrentes, esclarecimentos e suprimentos das propostas apresentadas, fixando prazo para a sua apresentação, nos termos do artigo 72.º do CCP.
2. Na sequência do disposto no número anterior, os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Poderá ser solicitado aos concorrentes que no prazo máximo de 5 (cinco) dias procedam ao suprimento de irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data da apresentação das propostas e desde que tal suprimento não afete a concorrência e igualdade de tratamento.
4. Na análise das propostas, poderá proceder-se à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deva ser corrigido.

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

5. Após a análise das propostas, o júri elabora um **Relatório Preliminar** fundamentado, nos termos do artigo 146.º do CCP, propondo a ordenação das mesmas, de acordo com o critério de adjudicação previsto no presente Programa do Concurso.
6. No relatório mencionado no número anterior, o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, que revele alguma das deficiências previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP e ainda, das que não observem as formalidades específicas e que sejam essenciais, nomeadamente a não apresentação dos documentos exigidos no presente Programa de Concurso.
7. O relatório é submetido a **Audiência Prévia**, a promover pelo júri do concurso, pelo prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 147.º do CCP.
8. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora **Relatório Final de Avaliação das Propostas**, de acordo com o disposto no artigo 148.º do CCP, que submete à decisão do órgão competente para decisão de contratar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
9. No caso previsto no ponto anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
10. O relatório final e demais documentos que compõem o processo do presente concurso público serão enviados ao órgão competente para a decisão de contratar, o qual deve homologar todas as propostas dele constantes para efeitos de adjudicação.

Cláusula 23ª - Decisão de adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar procede à escolha da proposta hierarquizada em primeiro lugar, com base no relatório final fundamentado, elaborado pelo júri.
2. A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março.
3. Não há lugar à adjudicação quando se verificarem os pressupostos definidos no artigo 79.º do CCP.
4. A decisão de não adjudicação acompanhada dos seus fundamentos deve ser notificada a todos os concorrentes e determina a revogação da decisão de contratar.

Cláusula 24ª - Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, que determina a revogação de ato de contratar, quando:
 - a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. No caso da alínea c) do n.º 1 anterior é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

Cláusula 25ª - Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação

1. A **Decisão de Adjudicação** é comunicada até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e n.º 1 do artigo 77.º do CCP, simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o **Relatório Final**.
2. No prazo máximo de 3 (três) dias úteis subsequentes à notificação da Decisão de Adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “Adjudicações”, os seguintes Documentos de Habilitação nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP:
- a) Declaração conforme modelo constante do **ANEXO D ao Programa de Concurso**;
 - b) Documento comprovativo de Consentimento de Consulta de Declaração da Situação Contributiva de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do artigo 55.º nos termos do artigo 83.º-A do CCP;
 - c) Documento comprovativo de Autorização para Consulta de Situação Tributária de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do artigo 55.º nos termos do artigo 83.º-A do CCP;
 - d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º nos termos do artigo 83.º-A do CCP, retificada pela Declaração n.º 36-A/2017 da PCM;
 - e) Os documentos comprovativos solicitados na alínea anterior, designadamente, as situações previstas nas alíneas b) e h) reportam-se à pessoa coletiva, bem como aos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência deverão ser acompanhados da certidão permanente;
 - f) No caso de se tratar de uma empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos de habilitação referidos nas alíneas anteriores, deve apresentar o respetivo comprovativo de inscrição na lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

g) Código de Consulta do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para cumprimento do disposto no artigo 36º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado em Anexo à Lei n.º 89/2017 de 21 de Agosto

3. Os documentos comprovativos solicitados na alínea d), designadamente, as situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º reportam-se à pessoa coletiva, bem como aos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções **e deverão ser acompanhados da certidão permanente.**

4. Em caso de subcontratação, o adjudicatário pode socorrer-se das habilitações de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

5. Caso se justifique, para cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, poderá ser solicitado ao adjudicatário, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da respetiva notificação, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos de titularidade das habilitações legalmente exigidas para execução das prestações, ainda que tal não conste no presente convite.

6. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos documentos de habilitação, o órgão com a decisão de contratar poderá sempre exigir ao adjudicatário para que este apresente, no prazo de 3 (três) dias os originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

7. Todos os documentos de habilitação deverão obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos em outra língua, sob pena de caducidade da adjudicação.

8. O adjudicatário tem 3 (três) dias úteis para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c) n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

9. Quando as situações previstas no do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, se verifiquem por facto que não lhe seja imputável ao adjudicatário, será dado um prazo adicional de, no máximo 3 (três) dias úteis, para a apresentação dos documentos de habilitação em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

10. Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o adjudicatário tem um prazo de máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação da entidade adjudicante, para apresentação dos documentos de habilitação resultantes do suprimento de irregularidades detetadas nos mesmos, que possam levar à caducidade da adjudicação.

11. Quando o adjudicatário ou o subcontratado, for nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Organização Mundial do Comércio poderá apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

Cláusula 26ª – Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e nos termos da cláusula anterior.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o Município de Oliveira do Bairro deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o Município de Oliveira do Bairro deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 27ª - Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida na adjudicação e no prazo fixado;
 - b) Não compareça no dia, hora e locais fixados para a outorga do contrato.
2. Nos casos previstos no número anterior, a entidade competente para autorizar a despesa pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar.

Cláusula 28ª - Aprovação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato, reduzida a escrito, em suporte papel ou em suporte informático, é aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicar, nos termos do artigo 98.º do CCP, pelo Município de Oliveira do Bairro.
2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos nos termos do disposto no ponto seguinte.
3. Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.
4. Da minuta do contrato deve ainda constar a identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante nos termos do artigo 290.º do CCP.

Cláusula 29ª – Ajustamentos ao conteúdo do contrato

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Cláusula 30ª – Notificação e aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o Município de Oliveira do Bairro notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no ponto anterior.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 31ª - Reclamação da minuta do contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à rejeição da reclamação apresentada.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Cláusula 32ª – Notificação dos ajustamentos ao contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Cláusula 33ª - Redução do contrato a escrito

1. O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas;

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Cláusula 34ª – Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Cláusula 35ª – Representação na outorga do contrato

1. Na outorga do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento, a representação do Município de Oliveira do Bairro cabe ao seu órgão competente.

2. A competência prevista no número anterior para a representação do Município de Oliveira do Bairro na outorga do contrato pode ser delegada nos termos gerais.

Cláusula 36ª – Não outorga do contrato

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso do adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos nos n.ºs 5 e 6 da Cláusula 7.ª.

Cláusula 37ª - Legislação aplicável

Ao presente procedimento e, bem assim, em tudo o omissso no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Caderno de Encargos, no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e na legislação complementar aplicável.

Lista de Anexos ao presente Programa de Concurso:

Anexo A – Documento Europeu Único de Contratação Pública - DEUCP

devendo o mesmo ser obtido e preenchido na área específica do Portal da Comissão Europeia,

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

através do seguinte endereço eletrónico <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/Iter?lang=pt>)

Anexo B – Modelo da **Proposta**

Anexo C – C.E. - **Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Técnicas**

Anexo D – Modelo de **Declaração do Adjudicatário**

Anexo E – Circular n.º 3097/DGE/2018, “Orientações sobre ementas e refeitórios escolares”;

Anexo F – Ementas Escolares - 2022_23

Anexo G – Lanches - Capitação dos alimentos;

Anexo H – Inventário de Equipamento e Material Hoteleiro;

Anexo I - Registo de Execução - Refeições Escolares;

Paços de Concelho de Oliveira do Bairro, 4 de Julho de 2022

O Presidente da Câmara

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO A

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto]

Este **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** este documento **deve ser obtido e preenchido** na área específica do **Portal da Comissão Europeia**, através do seguinte endereço eletrónico https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/_lter?lang=pt

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO B

Modelo da Proposta

(Modelo a que se refere a alínea b) da cláusula 10.ª do presente Programa de Concurso)

_____ (indicar nome, estado civil, profissão e morada), em representação (1) de _____ com sede (1) em _____, pessoa coletiva n.º _____ (1), matriculada (1) na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social (1) de _____ €, com o NIF _____ obriga-se a executar a prestação objeto do presente procedimento, no prazo de _____, em conformidade com o CE - Cadernos de Encargos, pelo preço de _____ € (_____ euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o CCP (Código dos Contratos Públicos), na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, preço este que não inclui o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

Mais declara que no preço proposto acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelo Município de Oliveira do Bairro, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 50.º do CCP.

Ao preço mencionado incidirá o imposto do IVA (Imposto Valor Acrescentado) à taxa legal em vigor. Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____, ____ de _____ de 201__

_____ [assinatura (3)]

- (1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular eliminar os dados solicitados.
(3). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

CONCURSO PÚBLICO para “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar nos Pólos Escolares de Bustos, Mamarrosa, Oiã Nascente, Oiã Poente, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal e Vila Verde”